

PAGO PARA APROVAR

COMO AS EMPRESAS DE CONSULTORIA E OS PRESTADORES DE SERVIÇOS DE INVESTIMENTO PERMITEM AS VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS E A INJUSTIÇA CLIMÁTICA: O CASO DO GÁS EM MOÇAMBIQUE



TÍTULO	PAGO PARA APROVAR
LÍNGUA	PORTUGUÊS E INGLES
AUTORIA	DANIEL MACMILLEN VOSKOBOYNIK
CONTRIBUIÇÕES	ANABELA LEMOS, DANIEL RIBEIRO, IHAAM RAWOOT , JOSHUA DIMON
EDITORIA	DIPTI BHATNAGAR, REHANA DADA
PUBLICAÇÃO	JA! JUSTIÇA AMBIENTAL!
LAYOUT	CONTEUDO

Website: www.ja4change.org
E-mail: j_amos2010@gmail.com
Facebook: [ja4change](https://www.facebook.com/ja4change)
Telephone: +258 84 3106010
Physical Address

Rua Willy Waddington n-102, Bairro da Coop, Maputo

I. INTRODUÇÃO:	7
COMPREENDER O NOSSO CAMINHO ATRAVÉS DO FUMO E DOS ESPELHOS	
II. MEGA-PROJECTOS DE GÁS EM MOÇAMBIQUE	8
UMA VISÃO GERAL	
III. A HISTÓRIA PROBLEMÁTICA DO PROJECTO DA MEGA-BARRAGEM DE MPHANDA NKUWA	15
IV. O PAPEL DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS NA EXTRACÇÃO DE COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS	16
V. QUESTÕES RELACIONADAS COM AS EMPRESAS DE CONSULTORIA E A EXTRACÇÃO DE COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS:	18
UMA VISÃO GERAL	
ANÁLISE INDEPENDENTE DO MINISTÉRIO HOLANDÊS DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS SOBRE A FALHA NA AVALIAÇÃO DA SEGURANÇA DA ADSB PARA O PROJECTO DE GNL EM MOÇAMBIQUE	26
VII AS EMPRESAS DE CONSULTORIA E O SEU PAPEL EM MOÇAMBIQUE	27
V AUTOCERTIFICAÇÃO:	30
UM PRECEDENTE CRESCENTE PARA ALÉM DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO E DO GÁS	
IX. CONCLUSÕES:	32
PROBLEMAS CENTRAIS DAS EMPRESAS DE CONSULTORIA EM MOÇAMBIQUE	

INTRODUÇÃO:

ENTENDER O NOSSO CAMINHO APESAR DO FUMO E DOS ESPELHOS

Durante mais de meio século, as empresas de combustíveis fósseis canalizaram dezenas de milhões de dólares para grupos de pressão que procuravam desacreditar os cientistas climáticos, diluir as políticas ambientais e atrasar os esforços para enfrentar a crise ecológica¹. Mas ao longo das últimas décadas, os impactos cada vez mais inegáveis e avassaladores da violência climática e da contaminação sistémica, bem como os esforços persistentes dos movimentos e comunidades de base, mudaram o jogo. Os actores empresariais e os governos capturados pelas empresas foram forçados a responder de diversas formas, tendo muitos deles procurado tirar partido de uma economia política em transição.

A sustentabilidade, a boa governação e o desenvolvimento estão agora incorporados no jargão corporativo, na contabilidade e na conformidade burocrática. Muitos investidores recorrem cada vez mais a empresas externas, como as agências de notação ESG (Environmental, Social and Governance), para fornecerem avaliações e apreciações sobre a sustentabilidade dos seus investimentos. Este relatório analisa o papel dos prestadores de serviços – empresas de auditoria, acreditação, consultoria e certificação – no sistema empresarial-extractivo, centrando-se na indústria do gás em Cabo Delgado, Moçambique.

A extracção de gás em Moçambique, liderada pela companhia de energia e química Sasol, tem ocorrido desde 2006. Por volta de 2010, foram encontrados grandes depósitos de gás ao largo da costa de Cabo Delgado, desde então, milhares de milhões de dólares em investimentos foram canalizados para o desenvolvimento de projectos de extracção em alto mar e das infra-estruturas em terra necessárias. Apesar da vasta pesquisa disponível que mostra os enormes riscos e danos socio-ecológicos destes projectos, muitos destes mega-investimentos receberam luz verde dos prestadores de serviços, sob a forma de rótulos, certificações e aprovações de investimento sustentável. Como podemos explicar isto? Além disso, o que é que esta trajectória mostra sobre a fiabilidade do sistema de consultoria para fornecer orientações adequadas às empresas, numa era de desregulamentação climática e de aprofundamento das desigualdades internacionais?

Este relatório analisa de forma crítica as questões sistémicas levantadas pelos prestadores de serviços encarregados de avaliar, acompanhar e assinalar os riscos dos projectos de mega-extracção.

Nota sobre o glossário

ESG significa Environmental, Social and Governance (Ambiente, Social e Governação) e é um conjunto comum de normas utilizadas para aferir e avaliar o desempenho das empresas. Estas normas incorporam critérios relativos às relações de uma empresa ou de um investimento com o ambiente, com os impactos sociais e com a sua própria governação interna (por exemplo, remuneração dos executivos).

Prestador de serviços é um termo utilizado no sector do investimento para designar as empresas que oferecem serviços auxiliares aos investidores. Estas incluem empresas de consultoria, agências de notação e uma variedade de empresas. Alargamos esta definição para abranger todas as empresas que oferecem serviços auxiliares a instituições directamente envolvidas no financiamento ou exploração de projectos de combustíveis fósseis.

I. MEGA-PROJECTOS DE GÁS EM MOÇAMBIQUE:

UMA VISÃO GERAL

A extracção de gás em Moçambique, desde o seu início, tem estado envolta em controvérsia. Em 2006, a empresa Sul-Africana Sasol começou a extrair gás em terra na província de Inhambane, através dos projectos de Pande e Temane. A Sasol foi acusada de “preços de transferência” durante todo este projecto, inflacionando os custos e reencaminhando as vendas através das fronteiras para evitar o pagamento de impostos justos sobre a sua extracção em Moçambique.²

Nas últimas duas décadas, múltiplas descobertas de depósitos de gás ao largo da costa de Moçambique transformaram o país num dos locais de extracção mais desejados pelos grandes produtores de gás. Desde a Bacia do Rovuma, ao largo da costa da província de Cabo Delgado, até à Bacia de Moçambique, nas províncias de Sofala e Inhambane, estima-se que Moçambique possa ter até 100 triliões de pés cúbicos de reservas, com potencial para se tornar um dos maiores exportadores de gás do mundo. A indústria expressou a esperança de que Moçambique possa fazer parte dos cinco maiores exportadores mundiais de gás natural liquefeito (GNL) até ao final desta década.³

Relatórios de instituições como o Fundo Monetário Internacional sugeriram que as “descobertas de gás de classe mundial ao largo da costa norte” têm o potencial de transformar Moçambique num “país rico em recursos”, com valores de crescimento duplo. Mais recentemente, as agências de notação de crédito assinalaram a importância dos projectos de gás do país para ajudar a pagar as suas dívidas crescentes.⁴

Nos últimos 15 anos, muitas das principais empresas de carbono do mundo – empresas históricas de combustíveis fósseis como a ExxonMobil, a BP e a TotalEnergies – apressaram-se a celebrar acordos para explorar gás nas bacias. No momento em que escrevo, estão em curso dois grandes projectos, liderados por diversos consórcios, que representam os maiores projectos de GNL de África e os investimentos directos estrangeiros (IDE) mais significativos na história da extracção do continente. Dois outros projectos foram apresentados e estão actualmente a ser analisados em termos de investimento.

Estes projectos são

Projecto Moçambique GNL

Projecto Moçambique GNL, liderado pela TotalEnergies, (que adquiriu os activos de África da Occidental Petroleum (Oxy), que incluíam a concessão da Anadarko, em 2019); o investimento ronda os \$24 mil milhões e o projecto encontra-se em fase de construção. Este projecto corresponde a uma concessão conhecida como Área 1. Em Abril de 2021, o projecto foi suspenso quando a TotalEnergies anunciou um “caso de força maior” na sequência de um ataque maciço de insurgentes à cidade vizinha de Palma.

Projecto Coral South FLNG

Projecto Coral South FLNG (liderado pela ENI e ExxonMobil), no valor de \$4.7bn⁵. Este projecto situa-se na concessão conhecida como Área 4. Este é o único projecto que efectivamente extraiu e exportou gás.

Coral North FLNG Project

Projecto Coral North FLNGProjecto Coral North FLNG, destinado a ser ancorado a 10 km do Coral South FLNG, no âmbito da concessão da Área 4 (liderada pela ENI e pela ExxonMobil). Prevê-se que a decisão de investimento financeiro seja tomada em 2024.

Projecto Rovuma GNL

Projecto Rovuma GNL– liderado por um consórcio de ExxonMobil, ENI e CNPC – no valor de cerca de 30 mil milhões de dólares; ao contrário dos outros dois, a decisão sobre este investimento ainda está pendente. Situa-se na concessão da Área 4.

Estes investimentos de vários milhares de milhões de dólares foram apoiados por múltiplos financiadores públicos e privados, incluindo agências de crédito à exportação (China, Japão, África do Sul, Itália, Países Baixos, Estados Unidos, Reino Unido), instituições financeiras multilaterais (Banco Africano de Desenvolvimento) e grandes bancos Asiáticos (Industrial & Commercial Bank of China), Africanos (Standard Bank) e Europeus (Crédit Agricole, BNP Paribas).⁶ O único consultor financeiro para o Moçambique GNL é o Sociétés Générale, enquanto o Crédit Agricole actua como consultor financeiro para o Rovuma GNL e o Coral Sul, no momento da redacção do presente relatório⁷. Em Novembro de 2022, a primeira exportação de GNL de Moçambique para a Europa deixou as instalações da Coral South FLNG (gerida pela ENI).

UM CONTEXTO NACIONAL CONFLITUOSO

Moçambique é um dos países mais empobrecidos e endividados do mundo. De acordo com o Banco Mundial, quase três quartos da população vive em situação de pobreza energética, sendo que apenas 30 por cento do país tem acesso à eletricidade.

O país também enfrentou séculos de exploração colonial e neo-colonial, recentemente resumida por um evento conhecido como o “escândalo dos títulos do atum”. Neste caso, os bancos Europeus e Russos, juntamente com funcionários Moçambicanos, foram considerados responsáveis por subornos e negócios corruptos, aparentemente em torno de investimentos na pesca. O escândalo levou o país a endividar-se ainda mais, apesar da

responsabilidade significativa das empresas financeiras do Norte. As receitas do gás de Moçambique, há muito prometidas, serão teoricamente utilizadas para pagar esta dívida. Na realidade, estes empréstimos ilegais estavam fortemente dependentes de projecções inflacionadas das futuras receitas do gás.

Moçambique é também um dos países mais vulneráveis à violência climática, particularmente aos impactos dos ciclones tropicais, chuvas torrenciais e inundações. Em 2019, os ciclones Idai e Kenneth causaram devastação em toda a costa; centenas de pessoas morreram, centenas de milhares de casas foram destruídas e cerca de um milhão de hectares de culturas foram destruídos⁸. O ciclone Eloise (2021), a tempestade tropical Ana (2022) e o ciclone Freddy (2023) agravaram ainda mais os impactos.

A região costeira de Cabo Delgado, no norte de Moçambique – anteriormente habitada por grandes comunidades agrícolas e de pescadores, e por uma indústria turística emergente – é o centro dos impactos socio-ecológicos da indústria do gás em Moçambique. Embora Cabo Delgado tenha enfrentado historicamente desigualdade e privação, antes da chegada da indústria do gás as comunidades locais tinham maior acesso a ecossistemas, meios de subsistência sustentáveis e segurança⁹. No entanto, mais de treze anos após a descoberta dos seus mega-campos de gás, a indústria de combustíveis fósseis contribuiu para a deslocação de milhares de pessoas e fomentou um conflito aterrador.

CABO DELGADO: UMA JANELA PARA A GUERRA AGRAVADA PELO GÁS

A indústria do gás em Cabo Delgado tem sido associada a deslocações em massa e ao empobrecimento em toda a região. A pesquisa realizada pela Justiça Ambiental descobriu que, especialmente em torno das cidades e aldeias mais afectadas (Milamba, Quitupo, Senga e Palma), o desenvolvimento de projectos de gás deixou as comunidades sem terras ou meios de subsistência, sem acesso a uma compensação adequada e justa.

Embora a extracção de gás se realize ao largo da costa, estas instalações marítimas de grande escala requerem igualmente infra-estruturas em terra. Os planos preliminares das empresas de gás mostraram que 550 famílias enfrentariam a deslocação física e a perda das suas terras e zonas de pesca em resultado da construção necessária. Apesar da responsabilidade inerente às empresas de gás de remediar os impactos da construção, em Cabo Delgado, centenas de famílias já foram coagidas a deslocar-se sem compensação adequada ou justa para dar lugar à indústria.¹⁰

Entrevistas com famílias deslocadas, conduzidas pela Justiça Ambiental, mostraram que muitos moradores viram as suas objecções e preocupações ignoradas, sem que as empresas propusessem esquemas de compensação ou de resolução adequados para lidar com os problemas enfrentados pelas comunidades.

Estas comunidades de pescadores e agricultores, deslocados do mar e das suas antigas machambas (parcelas de terreno agrícola), perderam todos os meios de rendimento comercial e de subsistência. Há muito tempo que vivem da ajuda irregular da TotalEnergies e de uma pobreza abjecta.

GUERRA E MILITARIZAÇÃO

Desde cerca de 2017, a província de Cabo Delgado, no nordeste do país, tem estado no meio de uma insurreição, liderada pelo grupo Ansar Al-Sunna Wa Jamma (ASWJ). Milhares de pessoas foram mortas e foram documentadas várias violações dos Direitos Humanos, incluindo violência sexual baseada no género, por parte dos insurgentes e dos militares Moçambicanos.¹¹ Cerca de um milhão de pessoas – metade da população de Cabo Delgado – estão deslocadas internamente.

As razões para a eclosão do conflito são complexas e ultrapassam o âmbito deste relatório, mas uma observação é relevante: não é coincidência que a violência surja no centro geográfico das descobertas de gás em Moçambique. Tal como foi referido num relatório de 2021 da Amnistia Internacional, “[o] facto de muito pouco do rendimento gerado por estas indústrias de extracção – em grande parte geridas por empresas internacionais, como a Francesa TotalEnergies, a Americana ExxonMobil, a China National Petroleum Corporation e a Italiana Eni – ficar em Cabo Delgado contribuiu para o sentimento de ressentimento e indignação que alimenta o fogo da insurreição.”¹²

Os Estados – de Moçambique ao Ruanda – militarizaram Cabo Delgado para proteger os seus interesses e os dos seus aliados. O governo Moçambicano já contratou anteriormente empreiteiros militares privados, como o Grupo Wagner da Rússia e o Grupo Consultivo Dyck da África do Sul, cada um com registos bem documentados de violações brutais dos Direitos Humanos.¹³

No início de 2021, a TotalEnergies suspendeu os desenvolvimentos, aplicando uma “força maior” depois que os insurgentes ocuparam Palma. Durante a ocupação, 1193 pessoas foram mortas ou desapareceram¹⁴, e as estimativas ascendem a 1500 pessoas, incluindo membros da comunidade e subcontratantes do projecto. Desde então, tropas Ruandesas e soldados da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) têm estado colocados na região. Muitas famílias, incluindo as que ainda aguardam a sua reinstalação e indemnização por parte das empresas de combustíveis fósseis em Cabo Delgado, estão agora a viver em centros de refugiados. Até há muito pouco tempo, a comunidade de Quitupo, por exemplo, vivia dentro do Parque Afungi e necessitava de autorização militar para entrar e sair da sua aldeia para encontrar o seu sustento.

Desde então, a região tem-se tornado cada vez mais militarizada no seu todo. A TotalEnergies exigiu segurança para o seu projecto e o governo do Ruanda criou a sua própria força de segurança privada, a ISCO, também em Cabo Delgado¹⁵. Estas dinâmicas contribuíram para sufocar as possibilidades de jornalismo livre, de informação e da sociedade civil na zona. O governo Moçambicano também promulgou novas leis que tornam muito difícil à sociedade civil de actuar livremente em Cabo Delgado, o que teve um impacto nacional. Vários defensores dos Direitos Humanos e jornalistas desapareceram na zona nos últimos anos, incluindo o jornalista comunitário Ibrahim e os membros da comunidade Momade e Achimo; muitos outros foram detidos sem acusação¹⁶. Este clima perigoso e hostil também limitou a cobertura e a reportagem sobre os projectos de gás.

DESTRUIÇÃO ECONÓMICA

À medida que a guerra prossegue, os alegados benefícios económicos dos projectos de gás, especialmente no que se refere à contribuição para acabar com a dependência da dívida e aumentar as taxas de crescimento, parecem ainda mais improváveis. A investigação da Open Oil mostra que as projecções estatais das receitas dos projectos são exageradas; as receitas reais serão apenas cerca de 40% do que se esperava¹⁷. As intrincadas estruturas fiscais internacionais utilizadas pelas empresas de combustíveis fósseis, neste caso os veículos para fins especiais estabelecidos no Dubai por empresas como a TotalEnergies, a ExxonMobil e a ENI, significam que muitas receitas estarão isentas de impostos; Moçambique perderá cerca de 5 mil milhões de dólares devido a estas lacunas. Uma análise adicional da Open Oil sugere que a maior parte do gás do país já está possivelmente enalhado, sendo que os projectos propostos cobrem apenas 16% dos recursos estimados do país; o retorno estimado para a Área 1 e a Área 4, as principais concessões, não chega sequer a 8%¹⁸. Mais recentemente, um relatório de 2023 do Centro de Investigação sobre Empresas Multinacionais (SOMO) e do Centro para a Democracia e o Desenvolvimento (CDD) revela uma perda fiscal adicional de mil milhões de dólares devido às estruturas fiscais internacionais no Dubai.¹⁹

IMPACTOS AMBIENTAIS

As costas orientais de África albergam uma biodiversidade marinha e terrestre única. A costa norte de Moçambique possui a maior parte dos mangais remanescentes da África Oriental e uma série de recifes de coral imaculados e pradarias de ervas marinhas que fornecem viveiros e zonas de alimentação para mamíferos marinhos, peixes e tartarugas. O Parque Nacional das Quirimbas, constituído por 11 ilhas do Arquipélago das Quirimbas, foi declarado Reserva da Biosfera pela UNESCO. Todo o Arquipélago das Quirimbas, constituído por 31 ilhas que se estendem por mais de 300 km, está a ser considerado como Património Mundial Misto devido ao seu valor histórico-cultural e natural.²⁰ ²¹A União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) considera que algumas das espécies locais estão em perigo, incluindo as baleias-sardinheiras, os dugongos, o albatroz-de-nariz-amarelo-indiano e as tartarugas cabeçuda, verde, de couro e de pente.

O desenvolvimento de projectos de gás fóssil no norte de Moçambique representa uma ameaça significativa para estes biomas. Basta ter em conta a área total destinada a ser utilizada pelo projecto: 350 km² no caso da Área 1, e 10.207 km² no caso da Área 4. O Parque Nacional das Quirimbas situa-se imediatamente a sul da Área I, a apenas oito quilómetros do limite da concessão.

Os impactos inevitáveis dos projectos incluem a dragagem, a eliminação de resíduos, a construção, o tráfego de embarcações, as colisões de navios, a destruição de habitats e a prospeção sísmica, todos eles especialmente prejudiciais para as espécies marinhas. Outros impactos potenciais e provavelmente possíveis incluem derrames e acidentes. Um derrame de GNL pode resultar num potente incêndio ou explosão, uma vez que o gás natural é altamente inflamável.

Outro impacto ambiental grave provém das águas de lastro transportadas pelos navios, que podem levar espécies invasoras alienígenas para os biomas de Cabo Delgado. As espécies exóticas invasoras contribuíram para cerca de 40% de todas as extinções de²⁴

animais²². Esta é uma grande ameaça subestimada para a Biosfera Mundial das Quirimbas, que até agora tem estado dissociada do transporte marítimo internacional. Cerca de 7000 a 10000 espécies vivas são transportadas na água de lastro dos navios em todo o mundo, o que a torna uma das principais causas da propagação de espécies exóticas invasoras nos ecossistemas costeiros e marinhos²³. Estas espécies causam impactos deletérios significativos nos ecossistemas aquáticos, resultando em alterações fundamentais do habitat, impactos de predação, utilização de recursos e competição com espécies nativas.

Os impactos ecológicos do desenvolvimento do gás em Cabo Delgado já conduziram a ramificações significativas na economia. Várias ilhas, como Tecomaji e Queramimbi – famosas pela sua vida selvagem e turismo – já perderam grande parte da sua atracção na sequência dos projectos construídos.

RISCOS CLIMÁTICOS

Tal como vários organismos intergovernamentais deixaram claro ao longo de décadas, estamos a enfrentar uma crise climática global cada vez mais grave, causada principalmente pela queima acelerada de combustíveis fósseis e liderada pelas economias mais ricas do mundo. Evitar as piores implicações desta crise depende de uma transformação radical do sistema energético global, começando por pôr fim à era dos combustíveis fósseis. Para manter o aumento da temperatura global abaixo do limite de 1,5°C, um objectivo-chave de temperatura defendido pelos acordos internacionais e pelos Estados e comunidades mais vulneráveis às alterações climáticas, é essencialmente necessário pôr fim a todos os novos desenvolvimentos de combustíveis fósseis.²⁵

A pesquisa sobre o potencial de emissões dos três projectos de extracção de gás em Cabo Delgado mostra que estes podem aumentar as emissões de Moçambique em 14%²⁶. Um cálculo mais holístico, que incorpora as emissões da utilização final (Âmbito 3) do gás do projecto, estima que este aumento seja de cerca de 116 MtCO₂e por ano; uma soma equivalente ao total de emissões do sector da aviação da UE, ou quase três vezes as emissões anuais de Portugal²⁷. Outros estudos calculam que as emissões de gases com efeito de estufa do projecto são equivalentes a sete anos de emissões da França, uma das maiores economias do mundo.²⁸

Há provas que sugerem que os riscos climáticos foram gravemente sub-notificados e sub-examinados no caso do gás de Moçambique. Por exemplo, as agências de crédito à exportação do Reino Unido e dos Países Baixos, que apoiaram o relatório, basearam-se num relatório do prestador de serviços Wood Mackenzie para avaliar o risco climático do Moçambique GNL. Este relatório não só não examina a viabilidade do projecto num cenário de 1,5 °C (apenas contempla um cenário de 2 °C), como também não incorpora a totalidade das emissões (âmbito I, II e III) resultantes da extracção, transporte e combustão do GNL de Moçambique.

O estudo de impacto ambiental oficial de 2014 para o projecto Moçambique GNL também utiliza pressupostos de dados que ajudam a subestimar a intensidade das emissões do projecto. Num exemplo evidente, a avaliação utiliza um conhecimento científico desactualizado do potencial de aquecimento global do metano, em vez de métricas mais actualizadas e precisas²⁹. O potencial de aquecimento global (PAG) é uma função que

marca a medida em que um gás contribui para reter o calor. Na última década, descobriu-se que o metano – uma emissão fundamental, especialmente em projectos de gás – tem um PAG significativamente mais elevado do que o anteriormente conhecido.

Estes exemplos não são erros menores ou erros isolados, mas sim decisões metodológicas que subestimam a poluição para a procurar justificá-la. A injustiça não poderia ser mais clara. Num dos países mais vulneráveis do mundo do ponto de vista climático, as empresas que lucram com as indústrias intensivas em carbono estão a posicionar os factores de degradação como salvadores.

As avaliações corporativas podem ser enganadoras, mas as suas implicações não o são. Sem uma acção global ousada para a descarbonização e justiça climática, incluindo transferências de recursos para apoiar a mitigação, adaptação e esforços de perdas e danos no Sul Global, Moçambique permanecerá severamente exposto à crise climática, particularmente aos impactos devastadores da seca, chuvas torrenciais, inundações e reforço dos ciclones.

UM CONTEXTO DE IMPUNIDADE

De um modo geral, várias e convergentes linhas de evidência apontam para o facto de os investimentos no gás em Moçambique gerarem riscos financeiros, impactos ecológicos e consequências sociais significativas. Tudo isto surge num contexto nacional de fraca responsabilização das empresas e dos actores transnacionais. Como mostra uma investigação do investigador ambiental da Universidade de Stanford, Joshua Dimon, nenhum projecto em Moçambique foi alguma vez interrompido devido a uma avaliação de impacto ambiental (AIA). Os únicos projectos parados na história do país tiveram a ver com conflitos entre actores políticos. Uma pessoa que trabalha numa empresa de consultoria ambiental, entrevistada sob anonimato pelo investigador, afirmou que “as AIAs são muitas vezes realizadas apenas para os ‘ingleses’ [forasteiros] verem (só para Inglês ver)”.

A investigação sobre a aplicação das AIAs em Moçambique demonstra problemas e inadequações recorrentes, especialmente para projectos da dimensão, escala e implicação da extracção de GNL. Em Moçambique, por exemplo, as AIAs para a indústria de petróleo e gás só são obrigados a dar apenas 15 dias para comentários públicos por projecto.³⁰

Para além disso, os sistemas existentes em Moçambique para avaliar e tornar transparentes os riscos dos projectos, estão condicionados por limitações importantes, nomeadamente a ausência de consentimento livre, prévio e informado (FPIC) e grandes conflitos de interesses em toda a linha, havendo consultores ambientais pagos directamente por grupos com interesses num projecto (ver secção IV). A investigação de Dimon, especialista em AIAs, identifica vários problemas graves no caso do gás em Moçambique. Por exemplo, as AIAs para a exploração e desenvolvimento de gás no país não revelaram a composição das lamas de perfuração – que podem ser altamente tóxicas e cancerígenas – uma vez que a empresa alegou que esta informação era exclusiva. A opção de não-projecto não era reconhecida como uma possibilidade pelos intervenientes estatais ou consultores, o que invalidava qualquer ideia de “consulta”. O período de tempo concedido para a realização de uma AIA foi curto, o que constitui uma limitação importante num país onde, segundo os padrões de avaliação de impacto, existe uma falta de informação científica de base sobre os recursos, os meios de subsistência rurais e os ecossistemas do país.

A HISTÓRIA PROBLEMÁTICA DO PROJECTO DA MEGA-BARRAGEM DE MPHANDA NKUWA

O projecto da barragem de Mphanda Nkuwa é um projecto da era colonial³¹ proposto para o rio Zambeze, em Moçambique, e continua a ressurgir como uma suposta solução para aumentar as exportações de energia para a África Austral. O controverso projecto foi submetido a dois processos de AIA distintos, em 2001 e em 2011, tendo ambos afirmado que os seus impactos ambientais e sociais eram reduzidos. No entanto, numerosas lacunas e fraquezas nas AIAs foram repetidamente destacadas por académicos, especialistas em diferentes áreas e organizações da sociedade civil, que expuseram a falta de rigor científico e a subestimação ou exclusão de importantes aspectos sociais e ambientais. Estas primeiras tentativas de desenvolver o projecto falharam por estas e outras razões, incluindo a viabilidade económica, mas, no momento em que escrevemos este artigo, o Governo de Moçambique tinha acabado de assinar os primeiros acordos para a construção e exploração da barragem com um consórcio privado liderado pela Électricité de France (EDF), incluindo também a TotalEnergies e a Sumitomo Corporation. Começa uma nova vaga de consultas, estudos e projecções demasiado optimistas. As comunidades locais – mais de 1400 famílias que teriam de ser realojadas das suas terras ancestrais e milhares de outras que também seriam indirectamente afectadas pela barragem – têm estado num estado de limbo nos últimos 25 anos, enfrentando muitos ciclos de ameaças de realojamento, falta de informação e cancelamentos de projectos.^{32,33} Em cada uma das diferentes fases, consultores, funcionários do governo e investidores, alegaram impactos reduzidos e prometeram benefícios elevados, nas suas tentativas de fazer avançar o investimento.³⁴ Actualmente, e dada a crescente oposição local ao projecto, as autoridades governamentais estão a intimidar e a ameaçar as comunidades, a fim de eliminar as vozes críticas e a resistência ao projecto e garantir que o mesmo é visto como estando em conformidade com as normas internacionais. Várias violações dos Direitos Humanos foram registadas e denunciadas por organizações da sociedade civil, tanto a nível nacional como internacional, mas não foram tomadas medidas concretas para responsabilizar os autores.

II. O PAPEL DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS NA EXTRACÇÃO DE COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS

Os projectos de combustíveis fósseis dependem de uma rede de actores para arrancar. Os geólogos localizam e avaliam os depósitos. Os engenheiros exploram a viabilidade das infra-estruturas. Os analistas calculam a viabilidade financeira da extracção. Os financiadores, desde as instituições financeiras internacionais aos bancos comerciais, avaliam os riscos e fornecem recursos financeiros. As companhias de seguros subscrevem os projectos, permitindo-lhes obter mais facilmente financiamento e licenças. Os advogados organizam os contratos.³⁵ Os departamentos de marketing dedicam orçamentos à promoção dos benefícios de um projecto e dos seus operadores. Os compradores assumem compromissos.

Em todos os nós desta complexa rede, uma variedade de empresas de consultoria, investigação e auditoria – conhecidas no sector do investimento como “prestadores de serviços” – desempenham um papel cada vez mais crucial na facilitação da extracção de combustíveis fósseis. O quadro seguinte apresenta uma lista das várias formas em que estas empresas prestam os seus serviços:

Apoio directo: As empresas de consultoria podem actuar como consultores internos ou externos para empresas de combustíveis fósseis e/ou governos estatais, empreiteiros, financiadores e compradores. Nesta função, fornecem frequentemente competências técnicas pormenorizadas e de alto nível. Os fornecedores que oferecem apoio directo incluem engenheiros, cientistas, geoquímicos, avaliadores de riscos financeiros e de impacto ambiental e climático.

Habilitação indirecta: Os prestadores de serviços ajudam a obter a licença ambiental, social e financeira para o funcionamento das empresas de combustíveis fósseis. Estas empresas podem apoiar os investidores em empresas de combustíveis fósseis, por exemplo, fornecendo análises de dados em tempo real, actualizações, resumos de notícias

e classificações. Os exemplos incluem as agências de notação ESG contratadas por fundos de pensões para a investigação de empresas, ou empresas de auditoria social que certificam empresas em todo o mundo.

Monitorização e sinalização: Os investidores (como os fundos de pensões e os gestores de activos) recorrem a empresas de consultoria para monitorizar os investimentos e assinalá-los caso estes violem os princípios de investimento previamente acordados.

Os prestadores de serviços, especialmente no domínio da sustentabilidade e da ética empresarial, têm desempenhado um papel cada vez mais importante na indústria dos combustíveis fósseis. Desde a década de 1970, as avaliações de impacto ambiental (AIAs) têm vindo a surgir como um requisito normalizado pelas autoridades estatais para autorizar projectos de combustíveis fósseis. Para satisfazer a procura, surgiram empresas de consultoria que fornecem avaliações ou apoiam as empresas na sua aprovação. A indústria Europeia e Norte-Americana de consultoria ambiental começou realmente a crescer a partir dos anos 80, financiada por bancos de desenvolvimento globais que se expandiram para financiar mega-projectos em todo o Sul Global.³⁶

Simultaneamente, com o aumento das exigências da sociedade civil no sentido de uma maior responsabilidade das empresas, surgiram várias empresas de auditoria e certificação social, com o objectivo de demonstrar o alinhamento das empresas com as normas internacionais.³⁷

No mundo das finanças, outro desenvolvimento importante é o crescimento do sector ESG (ambiental, social e de governação), que surgiu na década de 1980 para ajudar os investidores a avaliar os seus activos com base no seu desempenho e em diversos indicadores sociais e ambientais. A partir da década de 2000, o sector ESG foi promovido como um conceito-chave por um grupo de trabalho liderado por algumas das maiores instituições financeiras do mundo, desde o HSBC ao Grupo do Banco Mundial. Este grupo de trabalho esclareceu que, ao contrário da sustentabilidade, o ESG ajudava a dar prioridade à primazia dos accionistas ou ao valor material do investimento.³⁸

Desde então, os quadros e conceitos ESG têm sido ampla e proeminentemente adoptados nas esferas empresarial e académica. Como proclama um dos principais prestadores de serviços do sector, a ISS, no seu sítio Web, “a ESG passou de um nicho e de uma área restrita a uma parte necessária do investimento institucional e da gestão de activos”.

Actualmente, o ESG representa um sector em expansão e cada vez mais dispendioso, com o aparecimento de novos produtos e pacotes nos mercados financeiros. O que, a certa altura, foi considerado um potencial amortecedor para controlar os investimentos prejudiciais, tornou-se parte integrante do ecossistema de investimento. Em 2021, cerca de 649 mil milhões de dólares fluíram para fundos marcados pelo ESG em todo o mundo.³⁹

III. QUESTÕES RELACIONADAS COM AS EMPRESAS DE CONSULTORIA E A EXTRACÇÃO DE COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS:

UMA VISÃO GERAL

Tem havido muita literatura que discute a captura corporativa por empresas de combustíveis fósseis e outras empresas extractivas, em particular da indústria de consultoria e avaliação⁴⁰. O nosso relatório centra-se nos prestadores de serviços: o papel das empresas que apoiam os investidores e as megacorporações. Na nossa análise, identificamos seis questões-chave recorrentes: metodologia, economia política e conflitos de interesse, responsabilidade e pluralidade, padrões baixos e má qualidade dos dados.

Antes de nos debruçarmos sobre cada um deles, vale a pena basear a nossa discussão numa questão fundamental: porque é que as empresas recorrem a estes prestadores de serviços? Será porque querem verdadeiramente proteger o planeta, as comunidades, os trabalhadores e os ecossistemas? Ou será porque querem agradar aos seus accionistas e proteger os seus lucros?

Como veremos, a investigação sobre sustentabilidade pode ser um espelho personalizado – uma empresa vê o que quer ver. Será que as empresas e os investidores querem olhar com honestidade para as consequências confusas, muitas vezes prejudiciais e frequentemente desastrosas dos projectos ou investimentos extractivos? Ou será que querem meros carimbos ou certificados reconfortantes de que os seus projectos cumprem critérios básicos?

Estas perguntas não são apenas retóricas – mostram que as decisões e as escolhas activas feitas pelas instituições estão no cerne da questão. A compreensão dos prestadores de serviços sublinha que existe uma grande diferença entre analisar o mundo para procurar repará-lo ou analisá-lo para garantir os seus próprios lucros face a esse mundo. Demasiadas vezes, os investidores e as empresas escolhem a segurança do lucro em vez da necessidade de reparação.

O primeiro e mais profundo problema que envolve os prestadores de serviços é metodológico: o que é que a investigação ESG procura, como é que procura e de que modo a analisa? Por outras palavras: qual é a metodologia e qual é a lógica por detrás da metodologia?

Numa perspectiva de justiça ambiental, em teoria, a investigação ESG ou de sustentabilidade deveria obrigar as empresas a tomar decisões que incentivem resultados socioecologicamente favoráveis. As classificações atribuídas por terceiros devem corresponder rigorosamente a normas reais.

No entanto, um olhar mais atento à forma como os estudos de sustentabilidade dos prestadores de serviços ESG são utilizados e fornecidos no sector extractivo revela uma imagem diferente. As empresas, em grande medida, definem ESG como os riscos potenciais que os factores ambientais, sociais e de governação podem representar para os lucros finais. O olhar sobre o risco ambiental, concebido para analisar a forma como as empresas estavam a afectar o mundo, foi gradualmente invertido, passando a ser visto como o mundo pode afectar as empresas.

Tomemos o exemplo do MSCI (Morgan Stanley Capital International), com sede em Nova Iorque, um dos principais produtores mundiais de classificações das práticas ESG. Essas classificações são frequentemente invocadas por actores estatais e empresariais para justificar o rótulo de “sustentável” ou “verde” nos investimentos. As notações do MSCI são utilizadas por alguns dos maiores investidores institucionais e de combustíveis fósseis do mundo, incluindo a BlackRock, e os estudos sugerem que mais de três quintos do capital que os pequenos investidores investiram em “fundos sustentáveis ou ESG” em todo o mundo foram canalizados para fundos moldados pelas notações do MSCI.⁴¹

No entanto, até que ponto as classificações ESG têm sido eficazes para ajudar os investidores a examinar vigorosamente os seus activos, ou para oferecer orientações informadas aos investidores? Uma investigação da Bloomberg em 2021 revelou que “não existe praticamente qualquer relação entre o marketing “better world” (mundo melhor) do MSCI e a sua metodologia”, fundamentalmente porque “as notações não medem o impacto de uma empresa na Terra e na sociedade. Na verdade, medem o oposto: o potencial impacto do mundo na empresa e nos seus accionistas”.⁴²

Façamos uma pausa, porque esta compreensão é indispensável. À primeira vista, a metodologia do MSCI tem como objectivo avaliar e revelar práticas sustentáveis de investimento, aferir padrões elevados e recompensar as empresas por práticas mais sustentáveis e éticas. No entanto, na realidade, a metodologia da MSCI analisa aquilo a que chamam relevância financeira material: qual é o risco do mundo para os investimentos? O ESG, concebido como um espelho, torna-se uma projecção.

O próprio site do MSCI explica o seu objectivo: “medir a gestão de uma empresa de riscos e oportunidades ESG financeiramente relevantes”. O MSCI utiliza uma “metodologia baseada em regras para identificar os líderes e os retardatários do sector de acordo com a sua exposição aos riscos ESG e a forma como gerem esses riscos em relação aos seus pares”.

A ISS (Institutional Shareholder Services), outro prestador de serviços com sede nos Estados Unidos, explica no seu website que “o conceito de classificação ISS ESG, com base científica, coloca um ênfase clara e específica do sector na materialidade da informação não financeira”; esta informação é “fundamental para ajudar os investidores a minimizar os riscos ESG, a cumprir os requisitos regulamentares e das partes interessadas e a aproveitar as oportunidades”.

As classificações de risco ESG da Sustainalytics, sediada em Amesterdão, baseiam-se tanto na exposição como na gestão, na “medida em que uma empresa está exposta a questões ESG materiais” e na forma como as gere”.^{43 44}

Compreender que grande parte da investigação ESG analisa principalmente a materialidade – os riscos e benefícios financeiros calculáveis das operações de uma empresa (leia-se: dinheiro) – ajuda-nos a olhar com desconfiança para cada ponto de dados.

Tomemos como exemplo a medição do stress hídrico, uma métrica comum em muitas avaliações de sustentabilidade que se destina a medir a relação entre um projecto económico e as fontes de água, uma questão muito pertinente para a indústria dos combustíveis fósseis. À primeira vista, esta métrica conceptual pode ser entendida de, pelo menos, dois ângulos opostos: a) a empresa está a exercer pressão sobre o abastecimento de água do território e das suas comunidades, ou b) existe água suficiente para a empresa nesse território? Normalmente, a análise ESG tende a analisar esta última.

A análise detalhada do olhar que está por detrás das metodologias ESG das empresas ajuda-nos a compreender melhor as posições ou classificações aparentemente aleatórias que muitas empresas recebem. Na análise da Bloomberg Businessweek sobre o MSCI e as suas actualizações de classificação ESG, a sua investigação mostrou surpreendentemente “quão raramente o historial de uma empresa em matéria de alterações climáticas parece interferir com a sua subida na escada ESG – ou sequer ser um factor”.⁴⁵

A McDonald’s, uma das maiores empresas emissoras de gases com efeito de estufa do mundo, recebeu uma actualização da classificação ESG do MSCI, depois do mesmo ter retirado a análise das emissões de carbono do seu cálculo da classificação da empresa. O motivo? Como escreve a Bloomberg, “porque a MSCI determinou que as alterações climáticas não representam um risco nem oferecem “oportunidades” para os resultados da empresa”.

Outra prestadora de serviços, a Sustainalytics, entrevistada pela Justiça Ambiental, afirmou que as análises sobre o grau de alinhamento dos projectos de uma empresa com o Acordo de Paris não entram nos seus cálculos, porque “as empresas não são informadas [por] organismos internacionais sobre o que fazer para estar em linha com o Acordo de Paris”.

O que se pretende que seja um sistema de responsabilização parece muitas vezes ser um sistema de contabilidade performativa. A pesquisa da Bloomberg sobre o MSCI revelou que cerca de metade das empresas que receberam melhorias nas suas classificações ESG receberam-nas por razões puramente metodológicas: “alterações de metodologia, reponderações ou ajustes semelhantes”.⁴⁶ Para aqueles que não estão dispostos a ler as cláusulas pequenas, as metodologias ESG podem parecer enganadoramente robustas. No entanto, uma análise mais detalhada revela que, na maior parte das vezes, as análises ESG são muito menos convincentes, transparentes e evidentes do que aparentam.

RESPONSABILIZAÇÃO E PLURALIDADE

Outro grande problema é a ausência de responsabilização, regulamentação e pluralidade (interpretações diversas do significado de sustentabilidade e ética).

Embora as classificações ESG ou outras credenciais ambientais possam assemelhar-se às prestigiadas classificações efectuadas pelas agências de notação de crédito, existem algumas diferenças importantes. As agências de notação de crédito são, antes de mais, rigorosamente reguladas pelos governos; todas as agências de notação de crédito examinam exatamente os mesmos conjuntos de dados e todas elas procuram obter informações análogas sobre o risco de incumprimento da dívida. Este facto explica a razão pela qual as notações de diversas agências de notação de crédito tendem a convergir ou a ser, em grande medida, idênticas.

Por outro lado, a regulamentação em matéria de ESG é muito vaga. Os concorrentes chegam a conclusões diferentes, uma vez que analisam conjuntos de dados diferentes com metodologias muito divergentes. As notações tendem a ser muito variáveis e diversas em todos os sectores. Um estudo efectuado pela State Street indica que existe uma correlação inferior a 55% entre as notações das duas maiores agências.⁴⁷

Esta situação resulta da pluralidade de metodologias no espaço ESG, que reflectem uma vasta gama de ideias sobre o verdadeiro significado de “ESG”. Cada empresa utiliza os seus próprios métodos, definições, algoritmos e fontes. A maioria destas metodologias não é totalmente transparente e não está regulamentada.

Uma vez que todas as metodologias ESG são diferentes, pode ser difícil julgar de forma coerente uma empresa comparando uma série de análises ESG.^{48,49}

Os investigadores identificaram algumas áreas-chave de divergência, incluindo a divergência de âmbito (classificações baseadas em diferentes atributos), a divergência de medição (diferentes indicadores) e a divergência de peso (diferentes entendimentos de valor).⁵⁰ As discrepâncias significativas entre as análises ESG deixam os avaliadores com uma grande incerteza quanto à forma de avaliar cada análise.⁵¹

Diferentes metodologias não são utilizadas apenas por diferentes prestadores de serviços; um único prestador de serviços oferecerá produtos que utilizam métodos totalmente diferentes, com diferentes pontos de dados, dependendo dos desejos do cliente. Numa entrevista conduzida pela Justiça Ambiental, um funcionário de um prestador de serviços da ISS (Institutional Shareholder Services) sugeriu que um cliente talvez não tivesse recebido informações importantes sobre os riscos de um projecto de combustíveis fósseis porque não estava subscrito a um produto específico que fornecesse essas informações.

Em muitas das principais empresas de pesquisa ESG, um problema recorrente é o facto das pessoas trabalharem em silos. As equipas que se concentram no acompanhamento da sustentabilidade ou do risco climático não estarão ligadas às que monitorizam as violações dos Direitos Humanos e do trabalho, por exemplo. A falta de sinergia e de troca de informações entre departamentos e produtos significa que os dados estão frequentemente dispersos pelos diferentes departamentos da empresa.

ECONOMIA POLÍTICA E CONFLITOS DE INTERESSE

As estruturas de incentivos no espaço da consultoria ambiental levantam muitas questões sobre a “independência” e a “objectividade” destes actores. Os prestadores de serviços não são independentes ou neutros, mas sim entidades com fins lucrativos num mercado competitivo. Em termos simples, o objectivo dos prestadores de serviços é aumentar os lucros através da prestação de serviços a outras empresas. Cada um deles procura oferecer produtos únicos, distintos dos seus concorrentes, que sejam mais apelativos para uma empresa. No caso das agências de notação ESG, como escrevem os investigadores Florian Berg, Julian F Kölbl e Roberto Rigobon, “uma parte importante do serviço” que estas agências oferecem é “uma interpretação do significado do desempenho ESG”.⁵²

O resultado é inevitavelmente uma distorção subjectiva dos resultados, favorecendo os interesses comerciais. Um estudo de 2021 determinou que as empresas que têm os mesmos accionistas principais que a empresa que as avalia recebem classificações ESG mais elevadas”.⁵³

As conclusões do estudo sugerem que “a propriedade do avaliador desempenha um papel significativo na determinação das classificações ESG”; esta relação clara indica que “os conflitos de interesse nas práticas de mercado podem minar a integridade das classificações ESG” e “afectar a validade das classificações ESG”.⁵⁴

Conflitos de interesse evidentes também surgem entre instituições financeiras e empresas de consultoria. Como observou um ex-funcionário da ISS numa entrevista à Justiça Ambiental, “Os financiadores de projectos [de grandes combustíveis fósseis] também baseiam os seus acordos e apoio contínuo nestas empresas de consultoria, alguns dos quais têm como clientes não só os financiadores de um projecto, mas também os próprios financiadores.”

Deparamo-nos com um problema crítico. Os prestadores de serviços desempenham um papel analítico fundamental na economia global, mas esse papel analítico é deixado ao mercado. Permitir que um bem público crucial – informação sócio-ecológica de alta qualidade sobre os impactos das relações económicas – seja mercantilizado por prestadores de serviços empresariais significa que os dados e os conhecimentos que estes fornecerão serão significativamente influenciados por agendas comerciais. Estes conflitos de interesse embutidos geram uma situação, como J.M Baker e Clinton Westman descrevem no seu estudo sobre avaliações de impacto por extractores de areias betuminosas, em que “a empresa proponente está efectivamente encarregue de fazer com que o resultado se adequa às suas necessidades”.⁵⁵

No caso das auditorias sociais, quase todas são voluntárias e conduzidas pelas empresas, e não por vigilantes externos ou agências de controlo independentes encarregadas de prestar contas às empresas. A pesquisadora de empresas e direitos humanos Maria Hengeveld, depois de investigar o sector da auditoria, concluiu: “As empresas de auditoria colocam os lucros à frente dos trabalhadores. Não são responsabilizadas pelas ONG’s encarregadas de monitorizar o seu trabalho. As suas inspecções não conseguiram detectar violações da segurança e do trabalho, pelo que os trágicos incêndios e acidentes nas fábricas continuam a ser comuns. Isto deve-se ao facto de existirem falhas no modelo de auditoria social. Uma vez que as auditorias são pagas pelas empresas auditadas, as empresas têm poucos incentivos para proteger os trabalhadores.”⁵⁶

Na maioria dos casos, os prestadores de serviços são pagos directamente pelas empresas, que têm interesses directos no resultado da avaliação ou certificação de um projecto, o que põe automaticamente em causa a noção de que os prestadores de serviços funcionam como “consultores independentes”. Olhando mais de perto, também podemos observar uma porta que gira facilmente entre as principais empresas de combustíveis fósseis e as empresas de consultoria. Muitos consultores ambientais que trabalham em empresas de certificação acabam por se transferir para a indústria que estão a avaliar e vice-versa.

PADRÕES FRACOS E UMA FASQUIA DEMASIADO BAIXA EM TERMOS DE ÉTICA

Outra questão importante é simplesmente o facto dos padrões serem baixos. Muitas metodologias ESG têm sido escrutinadas por serem essencialmente superficiais, recompensando até as medidas mais básicas adoptadas pelas empresas. O JPMorgan Chase, um dos maiores financiadores mundiais da extracção de combustíveis fósseis e de energia suja, viu a sua classificação ESG pelo MSCI aumentar depois de ter publicado o seu primeiro “relatório sobre o clima”, formado um comité de projectos ecológicos e subscrito um pacote de obrigações ecológicas. Aparentemente, não foi dada qualquer atenção à sua enorme carteira de combustíveis fósseis.⁵⁷

A GALP – uma das partes interessadas no Rovuma GNL e no Coral FLNG – é uma das empresas sustentáveis mais bem classificadas em diversas métricas ESG, recebendo uma classificação triplo-A do MSCI e uma classificação de empresa top-5 na Sustainalytics.⁵⁸ A ENI, uma das maiores empresas de combustíveis fósseis do mundo, e um dos principais accionistas do gás Moçambicano, tem apenas um risco ESG médio de acordo com a Morning Star/Sustainalytics. Tanto a GALP como a ENI têm enfrentado um intenso escrutínio ao longo de décadas por negligência ambiental e violações dos direitos laborais e comunitários.⁵⁹

A questão dos baixos padrões é claramente evidente no domínio das violações dos Direitos Humanos, dos direitos laborais e da poluição por carbono. O ESG tem um enfoque comparativo: as empresas são comparadas com as suas congéneres do sector. No que diz respeito às emissões climáticas, por exemplo, que são intensivas em toda a indústria do petróleo e do gás, estas podem muitas vezes quase não afectar as classificações ESG, uma vez que as emissões elevadas são comuns no sector. Surge uma dinâmica semelhante com os impactos sociais da extracção. Ao longo dos séculos, os Estados e as empresas coloniais normalizaram a imposição da extracção através da violência brutal, da militarização e da deslocação forçada das comunidades locais. Consequentemente, quando estes impactos graves ocorrem, raramente são registados como “riscos ESG” para as empresas.

As análises ambientais, sociais e de governação realizadas pelos prestadores de serviços raramente examinam em pormenor o contexto ou a situação actual de um país. As análises ESG tendem a examinar apenas o que pode estar muito “directamente” ligado a um projecto. Este olhar analítico reducionista ignora as formas frequentemente complexas com que os projectos extractivos afectam e transformam uma paisagem social. Agravar uma guerra civil, aprofundar a desigualdade social, exacerbar a poluição – estes tipos de impactos confusos e reais representam efeitos que as empresas de consultoria ESG simplesmente preferem ignorar.

Estabelecer uma fasquia baixa para as empresas implica estabelecer uma fasquia alta para

as comunidades. Os prestadores de serviços e as empresas de consultoria estabelecem padrões extraordinariamente elevados para as circunstâncias em que assinalam um projecto como “insustentável” ou digno de alarme. Um funcionário da Sustainalytics entrevistado para este relatório explicou que a sua detecção de incidentes de alto risco nas empresas foi concebida para destacar apenas o “pior dos piores, violações realmente excepcionais das normas internacionais”. As deslocações de comunidades de centenas de famílias são consideradas “normais”, ou não “um número elevado de famílias” para o sector em causa. Coloca-se então uma questão: o que é efectivamente um número elevado de famílias, ou um número suficientemente elevado de famílias, para que uma empresa de consultoria soe o alarme?

Numa entrevista, um antigo analista de um grande prestador de serviços ESG afirmou “Este acompanhamento [de incidentes de alto risco] é, no mínimo, inadequado – é raro que uma consultora alerte uma empresa para problemas no terreno e, mesmo que o faça, o cliente raramente o tem em conta.” Na realidade, o limiar para saber quando algo no terreno é “suficientemente mau” não está definido nem é transparente. Se o despejo de 500 famílias não for considerado notável, então as empresas têm essencialmente “luz verde” para o fazer.

Os impactos graves são, por isso, relegados apenas para circunstâncias excepcionais de atrocidade em massa ou de má gestão potencialmente criminosa. Além disso, os limiares a partir dos quais uma empresa ou um projecto de extracção se torna sinalizável são propositadamente pouco claros e indefinidos.

Este padrão de normas – baixo para as empresas, alto para os impactos socioecológicos – tem o efeito global de baixar o preço das certificações. Nos Estados Unidos, cerca de 90% das acções do índice Standard & Poor’s 500 acabam em fundos ESG que utilizam a metodologia do MSCI. De acordo com esta ideia, a sustentabilidade é a norma e não uma excepção.⁶⁰No prisma corporativo-ESG, as empresas, por defeito, comportam-se de forma positiva; seriam necessárias enormes evidências para provar o contrário.

A QUALIDADE DOS DADOS SOCIAIS E ECOLÓGICOS

Há muitas dúvidas sobre os dados que os prestadores de serviços recebem. As empresas ESG dependem cada vez mais de uma combinação de investigação assistida por inteligência artificial (como os alertas) e de investigação documental efectuada por analistas ESG. Os dados são normalmente obtidos a partir de dezenas de milhares de meios de comunicação tradicionais, meios de comunicação digitais e relatórios organizacionais. Os prestadores de serviços, alguns sujeitos a obrigações legais, tendem a basear-se apenas em informações publicamente disponíveis de um grupo selecionado de fontes consideradas válidas, por vezes designadas por “publicações das partes interessadas”.

Mas isto levanta uma questão óbvia? Que fontes são consideradas válidas e credíveis? As informações provenientes de ONG’s ou de meios de comunicação social de base que não são considerados convencionais não são consideradas muito credíveis. Os analistas ESG raramente ou nunca efectuam uma investigação detalhada sobre os contextos locais e muitos meios de comunicação social e plataformas locais não são detectados pelos sistemas de pesquisa. Estas questões, especialmente relacionadas com a disponibilidade de dados, são especialmente pertinentes no caso de Cabo Delgado. O que significa confiar apenas nos meios de comunicação social, num contexto de guerra em que a liberdade

de expressão e os direitos dos jornalistas foram espezinhados? O que é que acontece em países, contextos ou comunidades onde a cobertura mediática é escassa, muito difundida e deficiente?

Além disso, tanto as empresas ESG como os avaliadores de impacto ambiental tendem a basear-se excessivamente em dados auto-relatados ou em respostas a inquéritos fornecidos pelas empresas. As comunidades e os investigadores têm criticado fortemente as dinâmicas de poder tanto da análise ESG como das avaliações ambientais, que sub-representam perspectivas marginalizadas, especialmente olhares não hegemónicos, não brancos, não cis masculinos ou não individualistas. De um modo geral, o conhecimento horizontal-comunitário é desvalorizado, favorecendo uma compreensão vertical por parte de “peritos externos”. O antropólogo David Natcher descreveu uma avaliação de impacto ambiental como uma “deturpação” da paisagem.

Do mesmo modo, ao avaliarem as preocupações sociais e comunitárias, as abordagens ESG raramente têm em consideração as políticas comunitárias e a questão complexa de quem representa uma perspectiva comunitária. É alguém representado pelo governo, ou abertamente eleito pelo povo?

Os auditores ambientais e os avaliadores de impacto realizam frequentemente o que é conhecido como “envolvimento das ONG’s”: consulta com as ONG’s relevantes numa área. Mas as ONG’s escolhidas para consulta são frequentemente as mais parciais em relação ao projecto, incluindo ONG’s que já dependem de contratos ou benefícios da empresa.

Além disso, os prestadores de serviços raramente reconhecem a indispensabilidade dos conhecimentos locais ou do trabalho de campo. Embora possa parecer óbvio que a compreensão de conflitos socio-ecológicos complexos requer conhecimentos e nuances significativos, os analistas ESG tendem a desempenhar funções essencialmente juniores. Raramente as equipas de análise ESG dão prioridade aos tipos de formação ou competências – conhecimento ecológico local, antropologia, fluência nas línguas locais, economia ecológica, estudos sobre guerras e genocídios, epidemiologia – que possam facilitar uma compreensão mais profunda dos impactos socioecológicos. Finalmente, os prestadores de serviços, especialmente no espaço ESG transnacional, tendem a ter muito pouca experiência em áreas como a África Lusófona, quanto mais em Moçambique.

Análise independente do ministério holandês dos negócios estrangeiros sobre a falha na avaliação da segurança da adsb para o projecto de gnl em moçambique

A Atradius Dutch State Business (ADSB) tomou a decisão de fornecer um seguro de crédito à exportação para o projecto Moçambique GNL. O Ministério dos Negócios Estrangeiros da Holanda encomendou uma análise independente ⁶¹ da avaliação de segurança da ADSB sobre o projecto, que foi publicada em Fevereiro de 2023. O relatório destaca muitas das questões mencionadas no nosso estudo. O relatório de revisão e os anexos têm mais de 260 páginas em holandês e apresentam em pormenor os erros, os enviesamentos, as lacunas na metodologia, os problemas com o material de origem e muito mais. Algumas das conclusões são as seguintes (retiradas de uma tradução de uma versão resumida do relatório):

- falta, em grande medida, um mandato processual para ponderar os riscos de segurança;
- falta uma estrutura sólida para a utilização das fontes, a análise e as medidas de atenuação;
- [existe] uma inconsistência notável por um lado, entre a exaustividade dos dados de origem e, por outro, entre a análise e as medidas de atenuação;
- não existe uma justificação estruturada da fonte, não existe uma escolha estruturada de fontes específicas para determinadas questões de informação e a citação da fonte é inconsistente;
- vulnerabilidades que revelam um elevado grau de subjectividade na análise de segurança;
- a falta de clareza significa que não é possível tirar conclusões adequadas da análise;
- a análise dos riscos com base em factores e intervenientes relevantes é completamente inexistente;
- a independência das partes envolvidas variava muito;

A análise independente mostra que os interesses de investimento obscureceram a função de segurança e de Direitos Humanos da avaliação. Recomenda que, quando se recorre a fontes externas de informação para analisar aspectos relevantes da proposta de subscrição, se garanta a independência desses actores. Trata-se de uma ética muito básica que não precisa de ser sublinhada. Este tipo de questões graves é evidente em muitos processos de consultoria.

IV. AS EMPRESAS DE CONSULTORIA E O SEU PAPEL EM MOÇAMBIQUE

Os principais problemas com os prestadores de serviços no espaço da sustentabilidade são todos relevantes no caso de Moçambique. Em seguida, apresentamos alguns exemplos claros que ilustram esta situação, começando com os prestadores de serviços directos e, em seguida, olhando mais de perto para as agências de classificação ESG.

ERM (ENVIRONMENTAL RESOURCES MANAGEMENT) & IMPACTO - EMPRESAS DE CONSULTORIA DE IMPACTO AMBIENTAL -

COM SEDE EM LONDRES E MAPUTO RESPECTIVAMENTE

Nos termos do quadro legal Moçambicano, as avaliações de impacto ambiental e social (AIAs) são obrigatórias para os projectos extractivos. Os projectos requerem uma licença ambiental como pré-requisito. A AIA para o Projecto de Gás Natural Liquefeito (GNL) associado aos campos de gás na Área 1 Offshore da Bacia do Rovuma e na Área 4 Offshore da Bacia do Rovuma foi produzido pela Environmental Resources Management (ERM) Southern Africa em associação com a Projectos e Estudos de Impacto Ambiental, Lda. (Impacto) em nome da Anadarko Moçambique Área 1, Lda (AMA1) e da Eni East Africa S.p.A . ⁶² Na altura, a Anadarko liderava o Projecto Moçambique GNL, antes de vender a sua participação em 2019, e foi a empresa que realizou a AIA.

A ERM tem vários clientes no sector do petróleo e do gás e é a avaliadora ambiental de eleição de algumas das maiores empresas mundiais do sector, incluindo a ExxonMobil. A ERM já enfrentou vários escândalos de conflito de interesses, nomeadamente em torno de projectos como as areias betuminosas de Alberta, no Canadá. Em 2013, a Friends of the Earth US acusou a empresa de “conflito de interesses”, uma vez que foi a empresa

contratada pelo Departamento de Estado dos EUA para avaliar o impacto do projecto do oleoduto Keystone XL, mantendo simultaneamente contratos com os projectos do oleoduto. Mais recentemente, na Guiana, a ERM foi criticada por ambientalistas pelos seus próprios conflitos de interesses, depois de ter contratado peritos que tinham trabalhado anteriormente com a ExxonMobil para realizar avaliações de impacto ambiental em futuros projectos de extracção da empresa.⁶³

Em Moçambique, estão em causa questões claras de conflito de interesses. Kamal Govender, um gestor de projecto da ERM que coordenou a AIA para o projecto de GNL proposto associado à Área 1 e à Área 4 da Bacia do Rovuma, viria a trabalhar como representante de Saúde e Segurança no Projecto de GNL de Moçambique para a Anadarko Petroleum Corporation, e como Consultor Ambiental Sénior no Projecto de GNL de Moçambique para a TotalEnergies. As “portas giratórias” são uma prática comum em Moçambique.^{64,65}

RINA - EMPRESA DE ENSAIOS, INSPECÇÃO E CERTIFICAÇÃO -

SEDEADA NA ITÁLIA

A RINA esteve envolvida em AIAs para as agências de crédito à exportação e outros financiadores estatais do Moçambique GNL, ao mesmo tempo que os conduziu para algumas das empresas que impulsionam directamente o projecto, como a ENI. A RINA já esteve envolvida em polémica. Em Agosto de 2012, a empresa certificou a fábrica têxtil Ali Enterprises em Karachi, no Paquistão, como cumprindo as normas internacionais de trabalho. Poucas semanas depois, mais de 250 pessoas morreram num incêndio na fábrica.⁶⁶Relatóri

os sugeriam que tanto a RINA quanto sua subsidiária Paquistanesa nunca haviam realizado visitas de campo à fábrica. Investigações posteriores sobre as práticas da RINA, particularmente no Sul da Ásia, revelaram abordagens consistentemente negligentes em relação a uma investigação rigorosa, incluindo a redução de visitas ao local, copiar e colar informações de outros relatórios de auditoria e dar prioridade ao “resultado final” em detrimento da informação de qualidade.⁶⁷

ISS (INSTITUTIONAL SHAREHOLDER SERVICES) - EMPRESA DE CONSULTORIA DE PROCURAÇÃO E PRESTADORA DE SERVIÇOS

COM SEDE NOS ESTADOS UNIDOS

A ISS desempenha um papel fundamental na partilha de informações com os investidores institucionais, obtendo as suas informações a partir de dezenas de milhares de meios de comunicação social, filtrados por analistas assistidos por IA. As pesquisas não são neutras. Existem critérios de selecção claros e uma falta de transparência em relação ao que é incluído e excluído destas pesquisas, o que pode afectar fortemente os resultados. A investigação da Justiça Ambiental e da Afrikagrupperna sobre os fundos de pensões Escandinavos, revelou que a grande maioria destes fundos, muitos dos quais utilizam a ISS como um dos seus consultores, não sabia que existiam quaisquer problemas associados ao projecto de gás Moçambicano.

SUSTAINALYTICS - EMPRESA DE INVESTIGAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E ANÁLISE -

SEDEADA EM AMSTERDÃO

A Sustainalytics é outro prestador de serviços líder, também centrado no fornecimento de investigação orientada para os incidentes aos clientes. Tal como no caso da ISS, muitos fundos de pensões que eram clientes da Sustainalytics não receberam informações significativas sobre os complexos riscos socio-ecológicos do desenvolvimento do gás em Moçambique. Em geral, as classificações são positivas, a menos que surja uma quantidade significativa de provas contrárias, o que incentiva os regimes opressivos e outros a impedir que os jornalistas e a sociedade civil exponham as realidades do projecto no terreno.

LKL INTERNATIONAL CONSULTING

A LKL International Consulting, uma empresa registada em Montreal, foi a prestadora de serviços encomendada pela TotalEnergies para produzir a sua avaliação de diligência devida em matéria de Direitos Humanos.⁶⁸ Um dos directores da empresa, tal como consta dos registos públicos, é o advogado de Direitos Humanos Lloyd Lipsett⁶⁹. Lipsett é apontado como o perito sénior em Direitos Humanos que contribuiu para a avaliação e tem experiência em avaliações de impacto sobre os Direitos Humanos nos sectores mineiro, petrolífero e do gás.

Lipsett já defendeu publicamente a empresa mineira Nevsun Resources contra alegações de violações de Direitos Humanos na Eritreia⁷⁰ e, mais recentemente, apareceu como consultor do projecto de gasoduto EACOP (tanto o EACOP como os projectos de gás de Moçambique são financiados por vários financiadores comuns, como o Standard Bank).⁷¹ Outro colaborador da avaliação é Dana Frye, que viria a fundar a Frye Social Responsibility Consulting, que trabalhou com a TotalEnergies na Tanzânia.

CONNINGARTH ECONOMISTS - EMPRESA DE CONSULTORIA EM INVESTIGAÇÃO ECONÓMICA

GNL, oferecendo números ousados que podem ser usados por bancos, actores estatais e pelas próprias empresas fósseis; o estudo da Conningarth que examina o Projecto de GNL do Rovuma afirma com confiança que “O Projecto faz sentido para Moçambique porque oferece uma vantagem para o GdM, a MRV, os futuros Projectos da Domgas e a sociedade civil.”⁷²

A Conningarth tem colaborado de forma consistente ao longo das últimas décadas com grandes empresas de serviços públicos, empresas extractivas e empresas de combustíveis fósseis, incluindo a Eskom e a Vale Moçambique.⁷³ Trabalhos recentes incluem outro estudo macroeconómico encomendado pelo governo e bancos da Tanzânia sobre os benefícios dos investimentos em GNL na Tanzânia

V.

AUTO-CERTIFICAÇÃO:

UM PRECEDENTE CRESCENTE PARA ALÉM DA
INDÚSTRIADO PETRÓLEO E DO GÁS

Embora este relatório se centre na indústria do gás, vale a pena notar que o fenómeno da auto-certificação duvidosa se estende a muitos projectos importantes em Moçambique. Um caso claro é o projecto da barragem de Mphanda Nkuwa: uma mega-barragem de 1500MW proposta para ser construída no rio Zambeze, na província de Tete, no interior de Moçambique. Devido ao seu historial problemático (ver caixa 2) ⁷⁴, o projecto da barragem de Mphanda Nkuwa promoveu um sistema de certificação de energia hidroelétrica – Normas de Sustentabilidade da Energia Hidroelétrica (HSS) – para branquear as suas credenciais socioecológicas. Estas normas, tal como explicado pelo próprio Conselho, são uma “metodologia abrangente, baseada em provas e na transparência”, concebida para “certificar projectos hidroelétricos pelo seu desempenho em termos de sustentabilidade”.⁷⁵

O problema flagrante do HSS, inerente a muitos sistemas de certificação em todos os sectores, é evidente: aqueles que são responsabilizados por uma norma determinam o seu rigor. Tal como foi sublinhado numa análise anterior da JA!, os sistemas de certificação como o HSS são “não vinculativos, opcionais e podem ser concebidos de acordo com os desejos e interesses específicos do sector. Para que um projecto obtenha a certificação básica de “Energia Hidroelétrica Sustentável Certificada”, é necessário que “os projectos tenham sido submetidos a uma avaliação independente e tenham cumprido os requisitos mínimos da Norma, e tenham recebido uma pontuação total de requisitos avançados inferior a 30%”. Não é muito ambicioso, para dizer o mínimo. Mesmo a certificação mais elevada, “ouro”, exige que o projecto apenas “cumpra um mínimo de 60%” em todos os 12 critérios.⁷⁶

Além disso, se analisarmos os 12 critérios específicos e a sua metodologia, verificamos um enfraquecimento ainda maior das normas. Por exemplo, o HSS fixa o limite superior das emissões de GEE em 100 gCO₂ e/por kWh, o que é um valor extremamente elevado e fácil

de atingir e comunicar pela maioria dos projectos. A média da indústria situa-se entre 24–28 gCO₂ e/por kWh, pelo que o que a HSS define como melhor prática é 3 a 4 vezes mais fraco do que a média da indústria. Até a Agência Internacional da Energia (AIE) recomenda limites de 50 gCO₂ e/por kWh e cientistas e grupos da sociedade civil de renome têm exigido uma maior redução. Assim, não só o resultado acumulado de todos os 12 critérios é fácil de alcançar, como cada critério é fraco isoladamente.

A HSS posiciona-se como uma iniciativa ambiciosa que leva os projectos hidroelétricos a atingir “os melhores padrões da indústria”. No entanto, numa indústria em que os melhores padrões ficam aquém de todos os outros, especialmente em termos de sustentabilidade integral e Direitos Humanos, a fasquia é baixa por defeito e a HSS limita-se a certificar esse baixo padrão como “Energia Hidroelétrica Sustentável Certificada”. A HSS pouco faz para incentivar a melhoria sistémica dos projectos de barragens, uma vez que o sistema de certificação se adapta essencialmente às necessidades do cliente. O sistema respeita os pedidos de confidencialidade dos seus clientes e utiliza critérios vagos e flexíveis, permitindo que os clientes ajustem a certificação ao seu projeto, e não o contrário.

A menos que haja mudanças radicais na forma como as empresas entendem e se submetem a avaliações de impacto e de risco, esses esquemas continuarão a ser “concoções auto-realizáveis”,⁷⁷ feitas por empresas para empresas.

CONCLUSÕES:

PROBLEMAS CENTRAIS DAS EMPRESAS DE CONSULTORIA EM MOÇAMBIQUE

O presente relatório apresenta uma visão breve e resumida de algumas das muitas questões que emergem quando se examinam os papéis que os prestadores de serviços desempenharam na justificação, validação e avanço de projectos de extracção de gás em Moçambique. Os exemplos descritos acima revelam vários problemas centrais. Em primeiro lugar, um padrão de potenciais conflitos de interesse que precisam de ser tornados transparentes e, no mínimo, compreendidos e incorporados pelos investidores nos seus processos de tomada de decisão.

Em segundo lugar, prestadores de serviços supostamente imparciais tomaram repetidas decisões metodológicas na sua investigação e análise que não contabilizam e subestimam os impactos sócio-ecológicos dos projectos de gás em Cabo Delgado.

Em terceiro lugar, é evidente que o sistema de consultoria falhou e continua a falhar em informar adequadamente os investidores sobre as implicações significativas dos projectos de gás em Moçambique. Este relatório reúne estas provas e críticas teóricas adicionais para mostrar que os prestadores de serviços (empresas de auditoria, consultoria e certificação) são cúmplices na minimização e viabilização de abusos dos Direitos Humanos e crimes ambientais.

No entanto, isto é apenas uma parte do problema, uma vez que a culpa não é apenas dos fornecedores de serviços. Embora os dados possam parecer neutros, a sua utilização torna-os imediatamente parciais. Os investidores utilizam as métricas ESG de diferentes

formas – alguns para orientar as suas decisões para melhores objectivos socio-ecológicos, outros para maximizar os lucros.⁷⁸ Para muitos, a compra de produtos de analistas ESG é simplesmente um exercício de verificação de requisitos e de gestão da reputação. Um funcionário da Institutional Shareholder Services confirmou que tinha enviado um relatório negativo sobre um projecto a uma agência governamental Sueca, que simplesmente o ignorou.

Há questões mais profundas que este documento não aborda: será que um “investimento ético” ou “sustentável” é sequer uma classificação significativa, especialmente à escala dos investidores com os quais as metodologias ESG se relacionam? Como reflecte o investigador Davide Maneschi da Swedwatch, “o investimento de capital, pela sua própria natureza, visa o crescimento do capital (através da extracção de trabalho e de recursos). No entanto, não podemos crescer indefinidamente num planeta finito. Esta dinâmica é intrínseca ao capitalismo e a ESG não aborda de todo esta questão, mas dá a impressão de que o investimento é sustentável, o que pode agravar ainda mais o problema, uma vez que desvia a atenção de uma reforma radical do sistema financeiro global”.

Em busca de um crescimento rentável, os grandes investidores distribuem o seu capital por dezenas de grandes fundos, cada um deles reunindo milhares de investimentos em grandes empresas. Cada empresa está ligada a dezenas de filiais, empresas associadas e projectos comerciais. A confiança na “sustentabilidade” de uma cadeia inteira deste sistema complexo, tendo em conta todas as intrincadas interacções em jogo, parece cada vez mais implausível quando olhamos mais de perto.

No entanto, o que é claro, especialmente para as comunidades em Moçambique, é que o modelo “ESG” ou de investimento sustentável falhou. Se os prestadores de serviços não conseguiram alertar os investidores globais para os riscos e impactos injustos dos projectos de gás em Moçambique, então parece que as metodologias ESG não são actualmente adequadas ao seu objectivo. Sem grandes transformações, não podem partilhar adequadamente os conhecimentos e as avaliações que podem ajudar o sistema económico-financeiro a enfrentar as injustiças da crise planetária, o empobrecimento e a desigualdade global.

- 1 Oreskes, N. and Conway, E.M (2011). Merchants of doubt: How a handful of scientists obscured the truth on issues from tobacco smoke to global warming. Bloomsbury Publishing USA.
- 2 Nuvunga, A., & Mapiisse, I. (2017). Sasol will Continue to Milk Mozambique. Centro de Integridade Publica (CIP).
- 3 Christianson, D. (2022). Mozambique gas bounces back, Tralac. <https://t.ly/56PpL>
- 4 Hill, M. (2023). Total's LNG-Project Revival Crucial for Mozambique to Pay Debt. Bloomberg, March 2.
- 5 Justiça Ambiental / Friends of the Earth Mozambique (2020). The Impacts of the LNG Industry in Cabo Delgado, Mozambique. March.
- 6 Justiça Ambiental / Friends of the Earth Mozambique (2020). The Impacts of the LNG Industry in Cabo Delgado, Mozambique. March.
- 7 Geuskens, I. and Butijn, H., (2022). Locked Out of A Just Transition: Fossil Fuel Financing in Africa. BankTrack, Milieudefensie, and Oil Change International. March.
- 8 Unicef. (2019). Cyclone Idai and Kenneth. <https://t.ly/puZVv>
- 9 Gaventa, J (2021), The Failure of 'Gas for Development' Mozambique case study. E3G.
- 10 Justiça Ambiental/ Friends of the Earth Mozambique (2020). The Impacts of the LNG Industry in Cabo Delgado, Mozambique. March.
- 11 Human Rights Watch (2021). Mozambique: Hundreds Women, Girls Abducted. December 7.
- 12 Amnesty International (2021) What I Saw is Death: War Crimes in Mozambique's Forgotten Cape. <https://cutt.ly/Q8Yj3Qk>
- 13 Rawoot, I. (2020). Gas-rich Mozambique may be headed for a disaster. Al Jazeera, 24 February. <https://aje.io/rr474h>
- 14 Perry, A (2023). Palma Massacre; A Hidden Catastrophe, Uncovered. <https://www.alex-perry.com/palma-massacre/>
- 15 Zemeyi, L (2023). Rwanda opens private security company in Cabo Delgado. Mozambique Mining Journal, 8 March.
- 16 Amnesty International. (2020). Mozambique: Journalist feared 'disappeared'. 17 April.
- 17 Lépiz & West (2021). Too Late to Count: a financial analysis of Mozambique's gas sector'. Open Oil. January
- 18 Lépiz & West (2021). Too Late to Count: a financial analysis of Mozambique's gas sector'. Open Oil. January
- 19 van Teeffelen & Kiezebrink (2023). The treaty trap: tax avoidance in Mozambique's extractive industries; The gas companies, The Centre for Research on Multinational Corporations (SOMO) and The Centre for Democracy and Development (CDD)
- 20 UNESCO World Heritage Convention. Tentative lists: The Quirimbas Archipelago. Accessed 28 May 2024: <https://whc.unesco.org/en/tentativelists/5380/>
- 21 Chandra, A. (2021). A Classificação do Arquipélago das Quirimbas como Património Mundial Misto da UNESCO - Critérios Gerais e Complementares. Faculdade de Letras e Ciências Sociais - Departamento de Arqueologia e Antropologia. Universidade Eduardo Mondlane
- 22 CBD [Secretariat of the Convention on Biological Diversity] (2006). Global Biodiversity Outlook 2. Montreal. 81 + vii pages.
- 23 Cohen AN, Carlton JT (1998) Accelerating invasion rate in a highly invaded estuary. Science 279: 55-58.
- 24 Ashby, D. M. (2010). Marine Ecosystems and Global Change. In J. G. F. Manuel Barange, Roger P. Harris, & R. I. P. Eileen E. Hofmann, and Francisco E. Werner (eds), New York: Oxford University Press.
- 25 Evans, S. (2022). New fossil fuels 'incompatible' with 1.5C goal, comprehensive analysis finds. Carbon Brief, 23 October.
- 26 Wensing, A. (2022). Fuelling the Crisis in Mozambique: How Export Credit Agencies contribute to climate change and humanitarian disaster. Friends of the Earth Europe and Justiça Ambiental.
- 27 First sum is Wensing, A. (2022). Fuelling the Crisis in Mozambique: How Export Credit Agencies contribute to climate change and humanitarian disaster. Friends of the Earth Europe and Justiça Ambiental. . Second is from independent calculation.
- 28 Say no to gas in Mozambique (2024). Climate. Accessible at: <https://t.ly/34qvw>
- 29 Say no to gas in Mozambique (2024). Climate. Accessible at: <https://t.ly/34qvw>
- 30 Dimon, J. S. (2016). Neoliberalism, gas and livelihoods in northern coastal Mozambique: a real-time analysis of the management of dissent (Doctoral dissertation, UC Berkeley).
- 31 Isaacman, A, Morton, D (2012). Harnessing the Zambezi: How Mozambique's Planned Mphanda Nkuwa Dam Perpetuates the Colonial Past, ATAS DO CONGRESSO INTERNACIONAL SABER TROPICAL EM MOÇAMBIQUE: HISTÓRIA, MEMÓRIA E CIÊNCIA, <https://2012congressomz.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/08/t11c05.pdf>
- 32 Justiça Ambiental (2022). Communities threatened by the Mphanda Nkuwa dam project are accused of being "terrorist" for having traveled to a workshop in Maputo. Dec 13. <https://ja4change.org/2022/12/13/communities-threatened-by-the-mphanda-nkuwa-dam-project-are-accused-of-beingterrorist-for-having-traveled-to-a-workshop-in-maputo/>
- 33 Justiça Ambiental (2023). Video: How many "no's" does it take to build a dam? The repression of the communities who resist Mphanda Nkuwa. Dec 15. <https://ja4change.org/2023/12/15/video-launchhow-many-nos-does-it-take-to-build-a-dam-the-repression-of-the-communities-who-resist-mphanda-nkuwa/>
- 34 Saute, C (2023). O governador do tete diz que a população está a ser sensibilizada para aceitar a implementação do projecto, Canal de Moçambique.
- 35 One clear visualisation of this was developed by the organisation Platform, in a piece named 'Carbon Web.' Accessible at: <https://platformlondon.org/about-us/platform-the-carbon-web/>
- 36 Dimon, J. S. (2016). Neoliberalism, gas and livelihoods in northern coastal Mozambique: a real-time analysis of the management of dissent (Doctoral dissertation, UC Berkeley).
- 37 Hengeveld, M (2020). The Factory Oversight Industry Protects Profits, Not People. The Nation. April 23.
- 38 Global Compact (2004). Who Cares Wins: Connecting Financial Markets to a Changing World. Available at: https://www.unepfi.org/fileadmin/events/2004/stocks/who_cares_wins_global_compact_2004.pdf
- 39 Bitutsky, R. (2022). Explainer: When Agencies Rate Companies' ESG Scores, What Are They Actually Rating?. Clean Energy Finance Forum. 30 March.
- 40 Baker, J.M. and Westman, C.N. (2018). Extracting knowledge: Social science, environmental impact assessment, and Indigenous consultation in the oil sands of Alberta, Canada. The Extractive Industries and Society, 5(1), pp.144-153; Clean Clothes Campaign, 2019. Fig leaf for fashion: how social auditing protects brands and fails workers.
- 41 Simpson, C., Rathi, A., & Kishan, S. (2021). The ESG Mirage. Bloomberg, December 10.
- 42 Simpson, C., Rathi, A., & Kishan, S. (2021). The ESG Mirage. Bloomberg, December 10.
- 43 Bitutsky, R. (2022). Explainer: When Agencies Rate Companies' ESG Scores, What Are They Actually Rating?. Clean Energy Finance Forum. 30 March.
- 44 Bitutsky, R. (2022). Explainer: When Agencies Rate Companies' ESG Scores, What Are They Actually Rating?. Clean Energy Finance Forum. 30 March.
- 45 Simpson, C., Rathi, A., & Kishan, S. (2021). The ESG Mirage. Bloomberg, December 10.
- 46 Simpson, C., Rathi, A., & Kishan, S. (2021). The ESG Mirage. Bloomberg, December 10.
- 47 Bitutsky, R. (2022). Explainer: When Agencies Rate Companies' ESG Scores, What Are They Actually Rating?. Clean Energy Finance Forum. 30 March.
- 48 Kotsantonis, S. & Serafeim, G. (2019). Four things no one will tell you about ESG data. Journal of Applied Corporate Finance, 31(2), pp.50-58.
- 49 Berg, F., Koelbel, J.F. & Rigobon, R. (2022). Aggregate confusion: The divergence of ESG ratings. Review of Finance, 26(6), pp.1315-1344.
- 50 Berg, F., Koelbel, J.F. & Rigobon, R. (2022). Aggregate confusion: The divergence of ESG ratings. Review of Finance, 26(6), pp.1315-1344.
- 51 Berg, F., Koelbel, J.F. & Rigobon, R. (2022). Aggregate confusion: The divergence of ESG ratings. Review of Finance, 26(6), pp.1315-1344.
- 52 Berg, F., Koelbel, J.F. and Rigobon, R. (2022). Aggregate confusion: The divergence of ESG ratings. Review of Finance, 26(6), pp.1315-1344.
- 53 Tang, D.Y., Yan, J. and Yao, C.Y. (2022). "The determinants of ESG ratings: Rater ownership matters", Proceedings of Paris December 2021 Finance Meeting EUROFIDAI-ESSEC.
- 54 Ibid.
- 55 Baker, J.M. and Westman, C.N. (2018). Extracting knowledge: Social science, environmental impact assessment, and Indigenous consultation in the oil sands of Alberta, Canada. The Extractive Industries and Society, 5(1), pp.144-153.
- 56 Hengeveld, M (2020). The Factory Oversight Industry Protects Profits, Not People. The Nation. April 23.
- 57 Simpson, C., Rathi, A., and Kishan, S., 2021. The ESG Mirage. Bloomberg, December 10.
- 58 GALP (2021) Galp maintains top distinction in the MSCI ESG Ratings sustainability index <https://cutt.ly/O8Yuu4Z>. Accessed March 3 2023.
- 59 See for example the entries for ENI at the Business & Human Rights Resources Centre. Accessible at: <https://t.ly/hnuqH>
- 60 Simpson, C., Rathi, A., and Kishan, S. (2021). The ESG Mirage. Bloomberg, December 10.
- 61 Proximities Risk Consultancy (2023). Onafhankelijke Review Naar de Beoordeling van de veiligheidssituatie bij de Exportkredietverzekering Verstrekking Voor het LNG-project in Mozambique . Auto translation of the executive summary from Dutch to English.
- 62 Mozambique LNG. (2014). Environmental Impact Assessment. September. Accessible at: <https://t.ly/Egi-W>
- 63 Bagot, D. (2022). Glaring conflict of interest. Kaieteur News, May 2.
- 64 CIP (2023). Indicação do ex-primeiro – ministro Carlos Agostinho do Rosário para PCA do Banco Comercial e de Investimentos mostra padrão de captura do sector público por interesses privados. <https://www.cipmoz.org/en/2023/07/03/indicacao-do-ex-primeiro-ministro-carlos-agostinho-do-rosario-para-pca-do-banco-comercial-e-de-investimentos-mostra-padrao-de-captura-do-sector-publico-por-interesses-privados/>
- 65 Tarp, Jones, Schilling (2021). Doing business while holding public office <https://research.cbs.dk/en/publications/doing-business-while-holding-public-office-evidence-from-mozambiq>
- 66 ECCHR. After the Ali Enterprises factory fire: Proceedings against Italian auditor RINA. Accessed 27 April 2024: <https://t.ly/NG8PF>
- 67 Hengeveld, M (2020). The Factory Oversight Industry Protects Profits, Not People. The Nation. April 23.
- 68 UpRights. (2023). Assessment of TotalEnergies' Mozambique LNG Project Human Rights due diligence. Milieudefensie, Recommen, Friends of the Earth US, Friends of the Earth Europe, Friends of the Earth France, Justiça Ambiental.
- 69 See information offered by OpenGovCa. Accessible at: <https://opengovca.com/corporation/7015445>.
- 70 Anderson, S. (2019). What did Canadian mining executives know about possible human rights violations in Eritrea?, CBC, Jan 22.
- 71 EACOP. (2022). EACOP signs first FPIC Agreement in Tanzania, Sep 4. <https://eacop.com/eacop-signs-first-fpic-agreement-in-tanzania/>
- 72 Standard Bank & Conningarth Economists. (2019). Rovuma LNG Project: Macroeconomic Study. March 19. Accessible at: https://corporateandinvestment.standardbank.com/static_file/CIB/PDF/2019/Sectors/Oil%20and%20Gas/Standard%20Bank%20Rovuma%20LNG%20Project%20English%20Report.pdf
- 73 See Conningarth's own list of studies, available at: <http://conningarth.co.za/list-of-studies/>.
- 74 Machado, P. (2023). World Bank backs mega dam threatening to displace thousands in Mozambique. Climate Home News.
- 75 Hydropower Sustainability Council website, <https://www.hs-alliance>.
- 76 Justiça Ambiental. (2021). Green from far, but far from green. Nov 12. Accessible at: <https://t.ly/0vULg>
- 77 Justiça Ambiental. (2021). Green from far, but far from green. Nov 12. Accessible at: <https://t.ly/0vULg>
- 78 Bitutsky, R. (2022). When agencies rate companies' ESG scores, what are they actually rating?, GreenBiz.

